

Redes digitais e debate político: o caso “Truco Popular” no Facebook e a formação para a cidadania

Desirèe Luíse¹

Rosemary Segurado²

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar se a plataforma digital “Truco!”, desenvolvida para as eleições de 2014, estimulou o debate político por meio da ação do “Truco Popular” no *Facebook*, além de avaliar aspectos de como as interações entre os debatedores aconteceram. A técnica metodológica consistiu na elaboração de indicadores para a coleta de dados primários, definidos a partir de padrões de interações e relacionados à proposta inicial da pesquisa. Os resultados permitem identificar atividades de colaboração e participação política geradas na rede social e relacioná-las com a concepção de que a internet contém elementos para contribuir com a formação cidadã. A possível construção do saber por meio da troca nas redes digitais está presente nesse processo, considerando a convergência e a educação integral.

Palavras-chave: Internet; Debate político; Ciberpolítica; Redes sociais; Cidadania.

¹ Desirèe Luíse Lopes Conceição, jornalista e mestranda do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Especializada em Mídia, Política e Sociedade pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP). Contato: deluise19@gmail.com

² Professora do programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP (Neamp). Contato: roseseg@uol.com.br

Abstract: The article aims to analyze if the digital platform “Truco!”, developed in 2014 election, stimulated the political debate with the “Truco Popular” activity on Facebook, as well as evaluating how the interactions between the debaters happened. The methodology consists an elaboration for primary data collection, defined from the interactions and linked to the initial proposal of this research. The results recognize collaboration and political participation activities in social networks, and it’s possible relating them to the concept that the internet has elements to contribute to citizen education. The possible knowledge construction with reciprocation in digital networks is present, considering convergence and a lifelong education.

Keywords: Internet; Political debate; Cyberpolitics; Social media; Citizenship.

Introdução

A internet como meio que constitui a forma organizativa da sociedade contemporânea traz uma nova base, a estrutura social construída em redes de informação (CASTELLS, 2005). Nesse contexto, as redes digitais alteraram o ecossistema de comunicação, pois tratam-se de um meio que possibilita emitir mensagens e informações de forma massiva, onde muitos falam com muitos. A partir da internet, com formatação classificada como a de uma rede distribuída, não há centros obrigatórios em que a comunicação deve perpassar³. A partir dessa arquitetura, surgem plataformas que permitem a conexão *online* de atores sociais diretamente uns com os outros, como as denominadas redes sociais digitais.

O aumento do uso das redes digitais pela população cresce ininterruptamente. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2014), a internet alcançava quase 50% dos brasileiros e as redes sociais estão entre os principais usos que as pessoas fazem nesse espaço, com destaque para o acesso ao Facebook, que chegava a 83% dos usuários. Um levantamento do *Facebook*, referente ao último trimestre de 2014, revelou que 92 milhões de brasileiros acessavam a plataforma ao menos uma vez no mês⁴.

Em especial, a população brasileira é ativa produtora de informação e participante de redes sociais (LEMOS & LEVY, 2010) o que pode viabilizar práticas de colaboração e interação já que “o ciberespaço permite uma liberação da expressão pública” (LEMOS & LEVY, 2010, p. 10). Ainda, em termos de cidadania, a internet pode proporcionar um espaço importante para o debate político, tema que ganhou visibilidade nos últimos anos nas pesquisas acadêmicas (IASULAITIS, 2012; CERVI, 2013 apud CARVALHO, CERVI & MASSUCHIN, 2016).

Considerando que as novas tecnologias precisam ir além do agrupamento mecânico de sujeitos sociais, há necessidade de as pesquisas sobre internet e política contemplarem, além do campo da retórica, também o da prática relacionada às ferramentas digitais e oportunidades oferecidas pelo ambiente *online* (CARREIRO & ROSSETTO, 2012), entendendo que há complementariedade entre o que os insumos empíricos e os teóricos podem trazer para ampliar a compreensão desse campo de estudo.

Atrelada a esse contexto, ocorreu, por ocasião das eleições em 2014, uma ação na rede social *Facebook* denominada “Truco Popular”, que será o objeto de análise deste

³ Análise realizada por Sérgio Amadeu da Silveira durante o curso “Educação e Participação em Rede”, da plataforma Educação e Participação, no formato educação à distância, entre julho e setembro de 2017.

⁴ Disponível em www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes. Acesso em 19/11/17.

artigo como um estudo de caso. A atividade fez parte da plataforma digital “Truco!”⁵, lançada em agosto daquele ano como um projeto de *fact-checking* da Agência Pública⁶. Com o intuito de trabalhar com uma nova abordagem de cobertura política, a prática do *fact-checking* – checagem de informação, na tradução livre – tem como ideia central a de verificar o discurso dos políticos, especialmente nas eleições.

Para compreender as declarações dos presidentiáveis durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na televisão no pleito mencionado, a agência desenvolveu na internet o projeto “Truco!”. Parte desse, a atividade colaborativa “Truco Popular” consistiu em ceder espaço para os internautas realizarem o que chamaram de “trucar os candidatos” utilizando o *Facebook* como auxílio. “Trucar” significou questionar os políticos com perguntas para entenderem suas declarações e posicionamentos. As perguntas sugeridas pelos participantes mais votadas pela rede social foram enviadas às campanhas dos presidentiáveis. Assim, além de realizar o trabalho de checagem do discurso, a Pública convidou os possíveis eleitores a participarem, sugerindo que também verificassem as afirmações dos candidatos.

Este artigo tem por objetivo analisar se o projeto “Truco!” estimulou o debate político por meio do “Truco Popular”, além de avaliar aspectos de como as interações entre os debatedores se desenvolveram, já que a dinâmica propiciou no Facebook diversas manifestações dos interessados, para além de somente o envio das perguntas destinadas aos candidatos. Por fim, buscou relacionar o abordado com a concepção de que a internet contém elementos para contribuir com a formação cidadã.

Metodologia

A técnica metodológica consistiu na elaboração de indicadores para a coleta de dados primários. Para analisar a interação e a presença de argumentação nos debates na rede social, partiu-se de três indagações, orientando a criação dos indicadores: as perguntas enviadas pelos participantes são bem argumentadas? A interação entre os internautas continha comentários com argumentação? A interação entre esses mesmos internautas ocorreu de uma forma saudável, sem ofensas verbais?

As categorias para realizar o enquadramento nos indicadores serão melhor explicitadas a seguir. Pontua-se que os padrões de interações entre os participantes do

⁵ Disponível em apublica.org/truco2014. Acesso em 25/11/17.

⁶ A agência é uma iniciativa de mídia independente – não atrelada a um veículo comercial –, que produz conteúdo de jornalismo investigativo.

“Truco Popular” compuseram subsídios para a construção das categorias de análise. No entanto, a metodologia implementada não apresenta preceitos únicos por se utilizar de parâmetros que se ajustam à proposta inicial de estudo para esta pesquisa.

O recorte metodológico focou como campo de coleta de dados três períodos de publicações realizados pela agência no *Facebook*: *posts*⁷ para abertura de envio de perguntas; posts de divulgação das perguntas escolhidas; e posts de divulgação das respostas dos candidatos à pergunta escolhida.

“Truco popular” e debate político

Concomitante ao processo de checagem de informação do HGPE, a Agência Pública abriu um chamamento no Facebook para que os interessados na iniciativa sugerissem perguntas aos candidatos. Durante o primeiro turno das eleições 2014, um post relacionado a cada um dos políticos concorrente à presidência foi publicado na rede social para convidar ao envio de questões (imagem 1). As sugestões de perguntas dos internautas eram, então, postadas na área de comentários do post e ocorria uma votação por meio do botão “curtir”⁸. Qualquer pessoa poderia votar e uma pergunta vencedora para cada um dos candidatos foi enviada às campanhas dos políticos.

Imagem 1: exemplo de post com chamamento para perguntas à candidata Marina Silva (PSB)



Fonte: reprodução

⁷ Palavra para designar mensagem publicada para um grupo de pessoas, mais comumente atrelada às redes sociais. O ato de postar ou realizar postagens corresponde ao envio da mensagem.

⁸ A expressão “curtir” junto ao *Facebook* surgiu como manifestação de apoio positivo a determinada publicação. Assim, são “curtidas” o número de vezes que uma publicação recebeu esse apoio.

Em um segundo momento, a Pública divulgou, também por meio de publicações – um post por candidato –, quais foram as perguntas vencedoras a serem enviadas para cada político (imagem 2). Posteriormente, quando recebeu o retorno das campanhas dos presidencialistas, publicou os posts – novamente um por candidato – com as respostas obtidas, esclarecendo cada uma das dúvidas (imagem 3). Os materiais para análises foram coletados a partir de links dos posts no Facebook da Pública⁹.

Imagem 2: exemplo de post com a pergunta vencedora destinada à candidata Marina Silva



Fonte: reprodução

Imagem 3: exemplo de post com resposta da candidata Marina Silva à pergunta vencedora.



Fonte: Reprodução.

⁹ Disponível em www.facebook.com/agenciapublica/. Acesso em 16/11/17.

Para melhor exposição dos resultados desta pesquisa, foram segmentadas as atividades em dois momentos. Denomina-se o envio das perguntas pelos participantes de momento A, que será melhor detalhado no item 2.1. Já o momento B (item 2.2) é configurado pelas interações ocorridas tanto nos posts realizados pela Agência Pública convidando a sugerir questões, como ao divulgar as perguntas vencedoras e, depois, nos posts com as respostas obtidas dos políticos. Dessa forma, o *corpus* de análise para verificar as interações ocorridas no “Truco Popular” ficou composto por 396 perguntas enviadas durante o momento A. Ainda, mais 60 debates que aconteceram entre os internautas durante o momento B, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 –Corpus de análise

Atividade	Definição	Materiais de análise
Truco Popular	Convite ao público para que também fizessem perguntas aos candidatos	396 perguntas sugeridas (momento A) 60 debates ocorridos entre os internautas (momento B)

Fonte: Autoras.

O levantamento de dados permitiu a formulação dos seguintes indicadores: “Nível de formulação da pergunta” (item 2.1); “Nível de presença de argumentação no debate” e “Classificação da interação no debate” (item 2.2). Junto aos resultados da categorização serão disponibilizados exemplos da participação dos internautas. Cabe mencionar que se optou por omitir fotos e nomes para preservar o anonimato das fontes.

Nível de formulação da pergunta

O indicador “Nível de formulação da pergunta” foi criado a partir da intenção de coletar dados que pudessem responder se as indagações enviadas durante o “Truco Popular” eram bem argumentadas. Com isso, foi possível entender se a ação da Pública pôde estimular a construção de perguntas interessantes do ponto de vista político, que levantassem alertas sobre determinado assunto, e propiciassem reflexão para aqueles que as formularam.

Das 396 perguntas postadas, 45,71% foram classificadas com um nível alto de formulação; 41,6% com médio; enquanto 13,13% tiveram um nível baixo, como explicitado na tabela 2. Foram excluídas da classificação perguntas retóricas ou manifestações em tom cômico que não caberiam ser enquadrados na análise como uma sugestão de pergunta.

Tabela 2 – Nível de formulação das perguntas

Nível de formulação	Alto	Médio	Baixo	Total
Número de perguntas	181	163	52	396
Porcentagem	45,71%	41,16%	13,13%	100%

Fonte: Autoras.

Os questionamentos foram classificados com nível alto quando demonstraram estar calcados em uma base mais aprofundada. Isso ocorreu quando a pergunta problematizou diretamente declarações feitas pelos candidatos; utilizou-se de contextualização sobre o assunto antes de colocar o questionamento; formulou uma análise sobre o tema antes de realizar a pergunta; trouxe informações sobre assuntos tratados durante o HGPE; mencionou o plano de governo dos candidatos; ou enviou links de referência sobre o assunto tratado. Como exemplos as imagens 4 e 5.

Imagem 4: pergunta com nível de formulação alto

 Pastor Everaldo, em seu programa, o senhor prega o Estado mínimo. Afirma que o aparelho estatal está inflado e "sufocando" a população como um todo. Disse, em entrevista ao Jornal Nacional, que pretende, no seu governo, promover "mais Brasil e menos Brasília na vida da população". Entretanto, na mesma entrevista, o senhor também disse: "Acredito que o casamento é homem e mulher". Supondo que apareça em suas mãos um projeto de lei favorável à união civil entre homossexuais, qual das alternativas abaixo o senhor escolheria:

1. Aceitar a proposta, tendo em vista que o Estado deve interferir minimamente na vida população, mas contrariando sua crença pessoal de que o casamento deve ser apenas entre homem e mulher.
2. Recusar a proposta, ou seja, negar a união civil entre pessoas do mesmo sexo, por crenças pessoais, medida que seria claramente um intervencionismo do Estado na vida privada da população.

Agradeço a atenção!

Fonte: Reprodução.

Imagem 5: pergunta com nível de formulação alto

 Candidata, qual é o seu posicionamento e o de seus aliados na área das relações internacionais? Recentemente, os EUA foram descobertos espionando governo, empresas e pessoas brasileiras; um representante de Israel chamou o Brasil de "anão diplomático" depois do Itamaraty condenar a ação na Faixa de Gaza; o Banco dos BRICS tem deixado em alerta o Banco Mundial para o alinhamento e fortalecimento econômico dos países emergentes. Sabemos do interesse estadunidense no petróleo (o que motiva grande parte de suas ofensivas militares e a sua preocupação em ter governos 'aliados' com os seus interesses em países e regiões estratégicos), sendo que a Petrobras inclusive foi uma das empresas espionadas. A senhora não acredita que a revisão da política de conteúdo local, como consta na reportagem da FSP (<http://www1.folha.uol.com.br/.../1516563-campanha-de...>), pode abrir espaço à intromissão econômica e mesmo política dos EUA e de outros países alinhados (Reino Unido, p. ex.) à exploração de recursos em outros cantos do planeta?

Mesmo no seu plano de governo, na seção que trata das Relações Internacionais, há indicativos de repensar as relações brasileiras, que nos últimos anos deram menos espaço aos Estados Unidos e se envolveram diretamente no

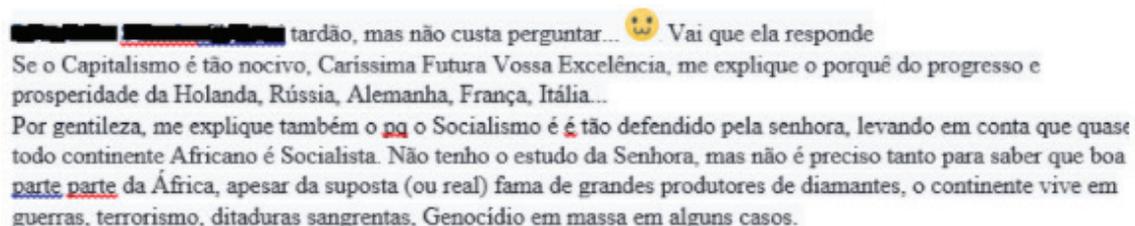
fortalecimento e na criação de um banco pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e na chamada integração Sul-Sul, com a América Latina e a África. A ideia do seu partido e dos seus aliados é de retomar o protagonismo das alianças com as economias ditas de primeiro mundo e que nos colocaram em uma crise sem precedentes nos últimos 90 anos?

Fonte: Reprodução.

Já para a classificação médio, considerou-se perguntas mais simplificadas que aquelas categorizadas como alto, o que significou: questionar sobre o que o candidato acha sobre algum assunto (pedir a opinião); não conter a realização de uma análise a posteriori; ou solicitar uma informação sem problematizá-la. Como exemplos, as seguintes perguntas: “Candidata, qual sua posição em relação a privatização das empresas estatais, rodovias e tercerização?” e “Como o governo Marina pretende tratar os movimentos sociais e outros manifestantes (não organizados em entidades da sociedade civil) que forem às ruas levar suas reivindicações ou expressar insatisfações com este governo?”.

Ainda, a classificação baixa aconteceu quando os questionamentos abarcavam temas de forma ampla e genérica. Apesar de legítimas, perguntas como “O que pretende fazer para a educação?” denotaram pouca exigência em termos de elaboração da pergunta. Além disso, fez parte dessa classificação perguntas que traziam acusações aos políticos sem menção às provas, questionamentos sem aparente coerência interna (em relação a própria constituição da pergunta) ou de difícil compreensão, como na imagem 6.

Imagem 6: pergunta com nível de formulação baixo



... tardão, mas não custa perguntar... 😊 Vai que ela responde
Se o Capitalismo é tão nocivo, Caríssima Futura Vossa Excelência, me explique o porquê do progresso e prosperidade da Holanda, Rússia, Alemanha, França, Itália...
Por gentileza, me explique também o pq o Socialismo é q tão defendido pela senhora, levando em conta que quase todo continente Africano é Socialista. Não tenho o estudo da Senhora, mas não é preciso tanto para saber que boa parte parte da África, apesar da suposta (ou real) fama de grandes produtores de diamantes, o continente vive em guerras, terrorismo, ditaduras sangrentas, Genocídio em massa em alguns casos.

Fonte: reprodução

Enfatiza-se que a maioria das perguntas postadas (45,71%) contiveram um grau alto de formulação. Para a realização de perguntas bem argumentadas acredita-se requerer uma articulação de ideias e certo grau de conhecimento político. O processo para a formulação dos questionamentos acabou por ser suscitado pelo “Truco Popular”, o que ajudaria o sujeito a organizar o pensamento para se expressar, estimulando a reflexão. Além de tornar pública informações políticas, por meio de perguntas robustas, que puderam ser acompanhadas por outros atores sociais no *Facebook*.

Por outro lado, também houve percentual relevante de perguntas que contiveram um grau médio de formulação (41,16%), total semelhante ao de nível alto, o que denota ausência de análise e menor exigência do indivíduo para elaboração das indagações, apesar de tratarem-se de questionamentos pertinentes para obtenção de mais informações políticas.

Argumentação no debate e classificação da interação

Também, comentários que geraram debates nos posts do *Facebook* foram analisados com o intuito de verificar a presença de argumentação durante as discussões na rede a partir do indicador “Nível de presença de argumentação no debate”. Pôde-se apreender se a interação entre os debatedores se desenvolveu a partir de uma disposição para explicarem seus posicionamentos, identificando um esforço de construir para além de uma afirmação contundente sem justificativas. Do total de 60 debates levantados, 60% contiveram alta presença de argumentação; 28,33% média; e 11,67% fraca presença, como demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 – Argumentação no debate

Presença de argumentação	Alta	Média	Fraca	Total
Número de debates	36	17	7	60
Porcentagem	60%	28,33%	11,67%	100%

Fonte: Autoras.

Para categorizar um debate com alta presença de argumentação, tomou-se como base quando os debatedores justificavam os seus posicionamentos; traziam elementos que ampliassem a questão abordada no debate; informações com fonte eram citadas como referência; ou quando enviavam links para embasamento de sua fala. Como média, debates que apresentaram pouca disponibilidade para justificar uma posição; sem citações de referência; ou maior dificuldade na elaboração de ideias. Já fraca aconteceu quando foram utilizadas frases generalistas, afirmações contundentes e citações categóricas como “isso é pouco, precisamos de mais” sem explicar o porquê da colocação; ou quando não foi possível o entendimento das ideias centrais expostas.

As matérias foram analisadas com foco em cada debate como um todo. Dessa maneira, ocorreram casos em que algum comentário compondo a discussão não continha argumentação, mas no todo do debate não foi a tônica predominante, pois no processo de trocas revelou-se uma sobriedade sobre o assunto tratado justamente pela contribuição dos diversos atores. Assim, verificou-se, de maneira geral, que grande parte dos debates (60%) contiveram como característica a ampliação da perspectiva sobre o abordado ou contribuição com esclarecimentos, como nas imagens 7 e 8.

Imagem 7: debate classificado com alta presença de argumentação e interação positiva

Sancho [redacted] hoje o modelo de educação brasileira prioriza o estudo das matérias técnicas (matemática, física, química, biologia) e deixa em segundo plano (com menor carga horária) as matérias críticas (história, filosofia, geografia e sociologia). O resultado é que a escola não forma um cidadão, mas um técnico específico. Qual a proposta de governo do PV para tornar da escola, um lugar de formação de cidadãos, conscientes e críticos do mundo onde vivem?

Curtir · Responder · 80 · 18 de setembro de 2014 às 11:30

Aline [redacted] Qual o embasamento da afirmação de que disciplinas "técnicas" possuem maior carga horária que as "críticas"? Nos currículos das escolas em que trabalhei, o número de aulas era o mesmo, com exceção de matemática e língua portuguesa.

Curtir · Responder · 2 · 18 de setembro de 2014 às 19:55

Matheus [redacted] As disciplinas "técnicas" podem formar cidadãos, conscientes e críticos tanto quanto as "críticas". O que deve mudar é a metodologia e enfoque da educação como um todo.

Curtir · Responder · 2 · 18 de setembro de 2014 às 20:29

Juliana [redacted] um aluno sem disciplina de história, filosofia, geografia e sociologia perde a chance de refletir sobre o mundo ao seu redor, e perde a chance de aprender com erros passados. Acho que as disciplinas críticas são fundamentais na educação e precisam ser ensinadas de forma que o aluno se interesse (não de forma monótona como é de costume).

Curtir · Responder · 1 · 18 de setembro de 2014 às 21:32

Sancho [redacted] Participei em alguns projetos de educação em escolas públicas e o que vi foi uma carga horária maior das ciências exatas do que das ciências humanas. Não estou dizendo que humanas é melhor nem pior para a formação do cidadão, mas acho que todas as disciplinas do plano curricular são importantes igualmente. Claro que também não adianta igualizar a carga horária de todas as disciplinas, se não levar esse conhecimento de maneira renovada para as escolas, como disse Matheus [redacted] e a Juliana [redacted]

Curtir · Responder · 1 · 18 de setembro de 2014 às 21:43

Marco [redacted] Se puder responder a questão comentando a proposta de federalização da educação básica eu agradeço!

Fonte: Reprodução.

Imagem 8: debate classificado com alta presença de argumentação

Fonte: Reprodução.

Os mesmos 60 debates ainda foram avaliados quanto ao tipo de interação gerada entre os debatedores para entender se a comunicação entre os internautas ocorreu respeitando o ponto de vista alheio, sem ofensas verbais. A partir do indicador "Classificação da interação no debate" demonstra-se que 71,67% dos debates obtiveram interação positiva (imagem 7); 6,66% neutra; e 21,67% negativa, como apresentado na tabela 4.

Tabela 4 – Classificação da interação no debate

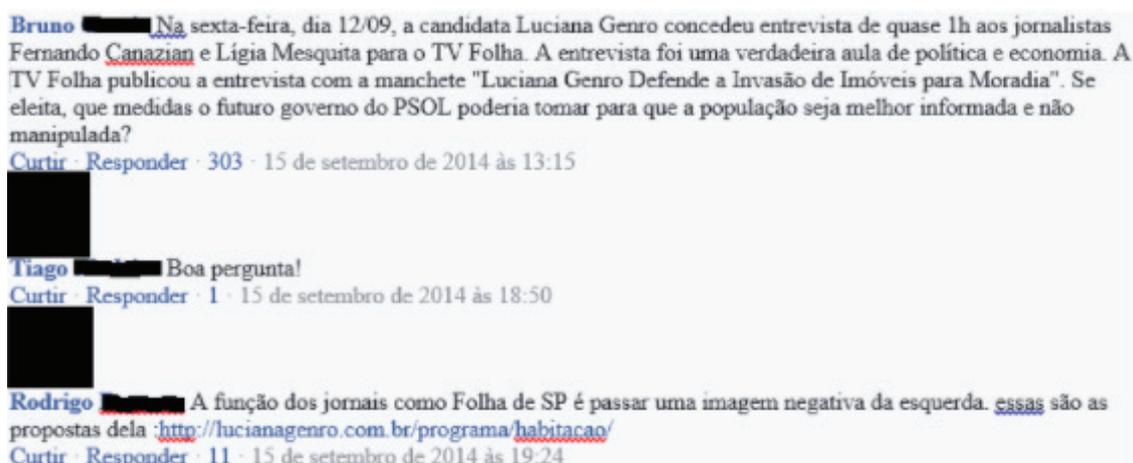
Classificação da interação	Positiva	Neutra	Negativa	Total
Número de debates	43	4	13	60
Porcentagem	71,67%	6,66%	21,67%	100%

Fonte: Autoras.

Para a construção desse indicador tomou-se como base a análise de valência¹⁰, mas de forma adaptada ao presente estudo de caso. Assim, avaliou-se a partir da seguinte pergunta: a interação nesse debate, e as mensagens contidas nele, é positiva, negativa ou neutra para o estabelecimento de troca de informações e argumentações de maneira harmoniosa. Não se tratando de verificar se o abordado é verdadeiro ou falso, mas avaliar o significado para a interação.

Portanto, diferenciou-se os debates em que ocorreram exposição ou contraposição de pontos de vista no âmbito da negociação e do consenso (positiva) de outros que continham imposição de uma opinião ou que tenha gerado ofensa (negativa), como no exemplo da imagem 9 que demonstra a não aceitação ao pensamento divergente. Ou ainda discussões que tenham permanecido sem expressividade, não havendo características positivas de troca e nem de ofensas verbais (neutra).

Imagem 9: debate classificado com interação negativa



¹⁰ Criado pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), a análise de valência é avaliada a partir da seguinte pergunta: essa manchete ou chamada, e o texto que a acompanha, é positiva, negativa, neutra ou ambivalente para a imagem do candidato, partido, pessoa ou governo a qual faz referência. Não se trata de estabelecer se o noticiado é verdadeiro ou falso, mas avaliar o significado da informação para a imagem do objeto do texto, de acordo com explicação em manchetometro.com.br/metodologia. Acesso em 1/4/17.

Adriano  Acho que primeiro deveria processar o jornal, o jornalista e as páginas Movimento Contra Corrupção, Movimento Contra Corrupção - São Paulo, Política na Rede, Folha Política por calúnia e difamação e obriga-los a se retratarem.
 Curtir · Responder · 1 · 15 de setembro de 2014 às 19:28

Aurélio   A

nossa, quantos nazistas apareceram por aqui, ppp, daonde saem esses psicopatas?
 Curtir · Responder · 1 · 16 de setembro de 2014 às 01:59 · Editado

Aurélio  ""A entrevista foi uma verdadeira aula de política e economia.""
ahhHUAHAUHAUHAUHAUHAU

tive que rir
 Curtir · Responder · 3 · 16 de setembro de 2014 às 01:16

João Victor  nazistas..... no brutalmente falando estar do lado dos pobres, miseráveis, negros, dos movimentos sociais que são oprimidos é bem a cara de HITLER.
 Curtir · Responder · 3 · 16 de setembro de 2014 às 18:37

Luã  João, se você não sabe. O discurso de Hitler era contra os capitalistas judeus, e que eles geravam a pobreza no país e a diferença das classes sociais! Se você for ver, é parecido com o comunismo/socialismo. "Vai estudar"
 Curtir · Responder · 17 de setembro de 2014 às 08:10

Rhuan   Luã  (serve pro Aurélio  tbm), o discurso do Hitler era nacionalista e contra os judeus, que para ele eram sub-humanos que roubavam o dinheiro e os empregos dos alemães, esses sim pertencentes a uma raça superior.
 O Nazismo acreditava que as pessoas eram diferentes, não pregava igualdade. Nem econômica. Pregava a propriedade privada, acreditava nas classes sociais como algo benéfico. Acreditava em um tipo de meritocracia. No máximo pregavam um ideal de coletividade entre os alemães.
 Um dos ideais do Nazismo, aliás, era o anticomunismo. Os comunistas foram perseguidos, morreram ou fugiram da Alemanha no período, assim como os judeus, os negros, etc. etc. Os ideias eram basicamente nacionalistas e tradicionalistas, fruto de um longo processo histórico e de leituras filosóficas que disseminaram no Regime o ódio ao outro, ao diferente.
 Existem centenas de discursos do Hitler e de textos sobre o período de fontes variadas disponíveis na internet e eles não tem nada de parecido com o socialismo, seja o real ou o utópico (defendido pela Luciana Genro). Quem precisa estudar é vc, que sai por ai repetindo asneiras de olavete e faz papel de burro na frente de centenas de pessoas.
 Curtir · Responder · 5 · 17 de setembro de 2014 às 15:20 · Editado

Hellen  cadê as respostas?

Fonte: Reprodução.

Convergência e participação política

Tomando como base os resultados desta pesquisa, pode-se olhar para o apresentado a partir de um processo hermenêutico. Este afirma que os produtos midiáticos são recebidos pelos indivíduos por meio de um processo de interpretação (THOMPSON, 2001). Portanto, o receptor das mensagens da Pública na rede social, ou do retorno dos candidatos, ou ainda a troca entre os próprios debatedores durante as discussões, está implicado em um grau de atenção e de atividade interpretativa.

A interpretação é um exercício que requer pressuposições e, assim, exige de quem recebe a mensagem algum grau de processo ativo e criativo, que ocorre considerando a história particular do indivíduo, mas também o “caráter social e histórico mais amplo” (THOMPSON, 2001: 44). Assim, as interpretações das formas simbólicas (no caso estudado, das mensagens circulantes na rede social durante o “Truco Popular”) exige uma contribuição do participante, não podendo classificá-lo como um receptor passivo de conteúdo. Ainda, segundo o autor:

[...] ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para reflexão e auto-reflexão, como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem. (THOMPSON, 2001: 45).

Sartori (2001) também aponta que a linguagem fundadora, aquela que institui o homem como animal simbólico, é a linguagem-palavra. Trata-se da linguagem do falar dos indivíduos que, inclusive, está em constante “colóquio consigo próprio” (CASSIER, 1948: 47 apud SARTORI, 2001), diferenciando-o das outras espécies de seres vivos. Posto isso, destaca-se o que interessa para esta pesquisa: a ideia de que os sujeitos sociais refletem aquilo que dizem, pois “a linguagem não é apenas instrumento do comunicar, mas também do pensar” (SARTORI, 2001: 20).

Além dos processos mencionados, ressalta-se que as formas as quais os cidadãos utilizam para se informar sobre governos, candidatos e partidos não está atrelada apenas aos conteúdos produzidos e divulgados pelos políticos e meios de comunicação. De acordo com Samuel Popkin (1994 apud QUINDERÉ, 2007), as campanhas eleitorais e a mídia somente enviam as mensagens iniciais, mas que a parte essencial da dinâmica política acontece entre os eleitores. Quando há conversas entre os atores políticos, as mensagens também são validadas entre si (QUINDERÉ, 2007):

Dialogar é descobrir na trama do nosso próprio ser a presença dos laços sociais que nos sustentam. É lançar as bases para uma posse coletiva, comunitária

do mundo. A palavra não é um mundo à parte, mas faz parte da práxis do homem: “a justiça é o direito à palavra”, pois é a possibilidade de ser sujeito em um mundo onde a linguagem constitui o mais expressivo lugar do “nós”. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 33).

Nesse sentido, ao refletir sobre a capacidade de atuação dos indivíduos como sujeitos dos processos políticos, Henry Jenkins (2008) chama a atenção para o poder constituído pela construção de significados que ocorre por meio da troca, o que resultaria em uma produção coletiva do saber. O autor traz o conceito de convergência, que não acontece somente de forma física por meio dos aparelhos tecnológicos que congregam múltiplas funções, mas sim no interior de cada indivíduo e suas interações sociais, em uma perspectiva cultural:

Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. Por haver mais informação sobre determinado assunto do que alguém possa guardar na cabeça, há um incentivo extra para que conversemos entre nós sobre a mídia que consumimos. (JENKINS, 2008, p. 30).

Apesar de o autor fazer uma reflexão principalmente tomando como referência as novas formas de consumo e alertar que a sociedade ainda está usando o poder coletivo para fins recreativos, acredita que “[...] em breve estaremos aplicando essas habilidades a propósitos mais ‘sérios’” (JENKINS, 2008, p. 30), como parece acontecer no caso do “Truco Popular” ao propiciar discussões e questionamentos políticos. A noção de evolução é compartilhada por Lemos & Levy (2010) ao classificarem o período de 1950, quando apareceram os primeiros computadores, até a primeira década do século XXI como apenas o período da pré-história da cibercultura mundial e de sua esfera pública.

Portanto, a partir das redes digitais e as possibilidades de processos colaborativos e interativos, surge a perspectiva da cultura participativa, em que produtores e consumidores de mídia não ocupam papéis separados, e “podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo” (JENKINS, 2008, p. 30).

Mesmo frente a um ambiente com excesso de informação e propício à dispersão como o Facebook, a rede social pôde ser utilizada como auxílio ao projeto “Truco!” para que ocorresse a participação dos internautas questionando os candidatos à presidência, portanto, confrontando-os por meio de perguntas, bem como trocando informações entre si. Jenkins (2008) cita o cientista político do Massachusetts Institute of Technology (MIT) Ithiel de Sola Pool para ressaltar que algumas tecnologias da comunicação suportam maior diversidade e alto nível de participação do que outras.

Por outro lado, há necessidade de pontuar que os processos de convergência não significam estabilidade ou unidade. Pool (apud JENKINS, 2008) previu um longo período de transição em curso, marcado por direções imprecisas e consequências, em muitos casos, inesperadas. “A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disto: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final” (JENKINS, 2008: 43).

Ao identificar na literatura que trata de internet e participação, dentre as suas vantagens, o potencial de o meio *online* remover os obstáculos de tempo e espaço para a comunicação entre os atores sociais, Gomes (2005b) comenta também sobre a troca de ideias nas redes digitais ser um exemplo de participação política, assim como a disseminação de informações políticas e a cobrança exercida sobre os representantes eleitos ocorridas na internet. Portanto, situa-se o “Truco Popular” neste contexto já que possibilitou interações e a ocorrência de debates políticos por meio do *Facebook*.

Também, ao permitir comunicar com velocidade, a praticidade do uso das redes digitais acaba por ganhar relevância principalmente na dinâmica das grandes cidades, nas quais o tempo dos sujeitos sociais é escasso. Com os indivíduos ocupados pelo trabalho e pela indústria do entretenimento, o interesse em participar da política torna-se prejudicado (ARAÚJO, PENTEADO & SANTOS, 2012). Dessa forma, a partir da internet há uma nova perspectiva de envolvimento com as questões de ordem pública.

Ainda sobre a estrutura, a interatividade nas redes digitais acontece de maneira horizontalizada, o que se relaciona com a concepção de discussão pública política. Assim, a arquitetura de comunicação em mão dupla permite uma interação política que “é, neste sentido, uma forma de incrementar o poder simbólico e material do público como eleitor mas também como sujeito constante de convicções, posições e vontade a respeito dos negócios públicos” (GOMES, 2005b, p. 68):

Se o requisito para melhorar a vida democrática é a injeção de mais deliberação de massa, então, certamente, este novo meio com suas oportunidades de debate em mão dupla ou multidirecionais oferece uma solução potencial. Dos modelos radicais de democracia direta a sistemas representativos mais delgados e transparentes, as propriedades interativas da internet poderiam levar a um novo nível de prestação de contas dos governantes e a um novo nível de diálogo público. (GIBSON, 2001, p. 563 apud GOMES, 2005b, p. 69).

Porém, para além da dimensão que configura o meio com possíveis vantagens para o envolvimento com a política, há necessidade de pontuar a importância da qualidade e dos

modos de participação civil. Segundo Maia (2002 apud GOMES, 2005b), o foco central seria o tipo de argumentação pública construído. Conflitos, fragmentação e inconclusão aparecem, em pesquisas, como a tônica da argumentação política no ambiente *online* (GOMES, 2005a). No caso estudado, não se objetivou avaliar o nível de qualidade dos debates, porém apreendeu-se que conflitos, fragmentação e inconclusão aconteceram em menor grau no “Truco Popular”, já que a classificação de interação como negativa surgiu em 21,67% dos casos.

Também, se consideradas as sete categorias desenvolvidas para sintetizar as práticas e apropriações na internet pela sociedade civil no Brasil, publicadas por Carreiro e Rossetto (2012), em decorrência das sessões do Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital (Ceadd), o “Truco!” enquadra-se em “Participação” e “Expressão de reivindicação civil”. Enquanto a primeira compreende ferramentas e iniciativas capazes de permitir *inputs* da esfera civil em discussões, “Expressão” listou projetos em que a sociedade se manifeste em relação a melhorias e reclamações, sem que necessariamente ocorra contato com representantes políticos.

Contudo, julga-se importante reconhecer que a internet não promove participação política de forma automática. Apesar disso, a partir de motivações dos sujeitos e seu contexto, a literatura na área destaca que a comunicação digital tem facilitado atividades nesse sentido (CARREIRO & ROSSETTO, 2012).

Formação cidadã em diálogo com a educação integral

Considerando os debates ocorridos na internet como possibilidade de participação política durante a atividade do “Truco Popular”, além do processo de disponibilização de informação e ampliação dos assuntos tratados durante o horário eleitoral por meio do *fact-checking* do “Truco!”, pode-se situar a atuação da Agência Pública durante as eleições de 2014 como prática que contribui para a formação da cidadania:

Se o característico da cidadania é estar associada ao “reconhecimento recíproco”, isto passa decisivamente hoje pelo direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, imprescindível para poder participar nas decisões que dizem respeito à coletividade. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 107).

O doutor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos Danilo Streck ressalta que em termos de cidadania, a participação se tornou um conceito ainda mais importante,

“porque sentimos um certo esgotamento da democracia representativa”¹¹. “As pessoas têm direito a dizer e a serem ouvidas, isso é importante. Então, nesse sentido a participação é fundamental para a formação de uma cidadania”¹². A formação cidadã é pensada neste trabalho como viabilizar a capacidade de pensar de forma autônoma e de participar ativamente na construção de uma sociedade justa e democrática (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Completa-se o raciocínio com a definição agora apenas do termo cidadania, como participação nas atividades de interesse da comunidade, bem como a interação entre cidadãos e instituições de forma a influenciar o poder político. A definição faz parte da linha teórica denominada democracia expansiva, citada por Vieira (2001) sobre conceitos trabalhados por Janoski (1998). A teoria da democracia expansiva pretende um equilíbrio entre direitos individuais, direitos do grupo e obrigações, compondo definição de cidadania que ultrapassa o mero *status* para ser vista como prática do sujeito pertencente à determinada comunidade.

Assim, destaca-se também a importância da ação como complemento ao processo de educação política, além da reflexão no campo do debate e, portanto, em relação à troca de informações e produção do pensamento. “Se a palavra sozinha é impotente, a ação sozinha é estéril, a imagem do futuro se engendra entre as duas: a palavra desenha a utopia que as mãos constroem” (MARTÍN-BARBERO, 2014: 20).

Por isso, reforça-se a ideia do projeto “Truco!” ser uma *contribuição* para a formação cidadã, admitindo-se que a educação política não ocorre de forma restrita ou pontual. Sérgio Amadeu enfatiza que a internet é um terreno de redes de opinião em constante enfrentamento. “Resta saber se as redes democráticas vão prevalecer, mas o sucesso disso não está só na internet, está nas práticas educativas, na cultura dos povos, nos processos de sociabilização que a gente desenvolve. E que a internet é um deles”¹³.

Nessa perspectiva, Gomes (2005a) alerta que as atividades políticas ocorridas no meio *online* também sofrem influência e refletem a política tradicional. Por isso, “os meios, instrumentos, ferramentas que constituem a internet são apenas mais um recurso

¹¹ Análise realizada por Danilo Speck durante o curso “Educação e Participação em Rede”, da plataforma Educação e Participação, no formato educação à distância, entre julho e setembro de 2017. Disponível em educacaoeparticipacao.org.br. Acesso em 18/11/17.

¹² Idem.

¹³ Análise realizada por Sérgio Amadeu da Silveira durante o curso “Educação e Participação em Rede”, da plataforma Educação e Participação, no formato educação à distância, entre julho e setembro de 2017.

dentre os dispositivos sociais da prática política, ainda novo, ainda pouco experimentado” (GOMES, 2005 a, p.221). O autor sugere que um melhor aproveitamento das oportunidades está atrelado também a uma cultura e um sistema político dispostos a isso.

Por outro lado, ao admitir que as tecnologias digitais podem transformar modos de perceber, de saber e de sentir, aceita-se também as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como “tecnologias intelectuais” (LEVY, 1993 apud MARTÍN-BARBERO, 2014), ou seja, como possíveis instrumentos para estratégias de conhecimento e não apenas como plataformas de ilustração ou difusão de informação. Se antes formas para construir e adquirir o saber estavam centralizadas no espaço da escola, outros modos de aprendizado podem ser considerados com novas maneiras de circular a informação e possibilidades de interações.

Assim, as redes digitais podem estar relacionadas com a participação e a educação se adotarmos que “os sujeitos aprendem e ensinam uns com os outros. Em que os saberes são compartilhados, em que a colaboração pode ser transformadora, em que a participação é emancipadora”¹⁴, como traz a professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (Unesa) Jaciara de Sá Carvalho. Somando isso à convergência e à cultura da participação, tratado anteriormente, o valor da educação integral é impulsionado.

A educação integral pode ser definida como a concepção de que o indivíduo aprende para além dos ambientes formais de educação (como a escola), e comporta o pleno desenvolvimento do ser humano nos mais diversos espaços, seja em casa, em uma praça, no museu, ou no ciberespaço, segundo Maria Amabile do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)¹⁵.

Não se afirma, com isso, que a instituição escolar vai desaparecer, “mas as condições da existência desse lugar estão sendo transformadas radicalmente por uma pilha de *saberes-sem-lugar-próprio* e por um tipo de *aprendizagem* que se torna contínua, isto é, *ao longo de toda a vida*” (MARTÍN-BARBERO, 2014: 127). Passa-se à uma sociedade de aprendizagem permanente, “cuja dimensão educativa atravessa tudo: o trabalho e o lazer, o escritório e a casa, a saúde e a velhice” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 121). O que abre caminho para a reflexão de novos modelos da relação entre comunicação e educação com a presença das novas tecnologias.

¹⁴ Análise realizada por Jaciara de Sá Carvalho durante mesmo curso e período.

¹⁵ Análise realizada por Maria Amabile durante mesmo curso e período.

Considerações finais

Assim, conclui-se que a internet pode ser um espaço a contribuir com o estímulo ao debate político, a partir de práticas colaborativas da mídia independente, tendo como exemplo a ação do “Truco Popular”, desenvolvida como parte do projeto de *fact-checking* da Agência Pública durante as eleições de 2014. Apesar do característico distanciamento do sujeito da política no Brasil (FUNG, 2006; MAIA, 2008 apud ARAUJO, R., PENTEADO, C. e SANTOS, M, 2012), com grau elevado de descrença dos eleitores nos partidos políticos¹⁶, constatou-se que as redes digitais possibilitam a criação de iniciativas que incentivam a manifestação de opiniões, gerando discussões políticas.

O projeto “Truco!”, por meio da interatividade permitida pela rede social Facebook, ao convidar os interessados a enviarem perguntas, estimulou o pensamento crítico na formulação de questões, como também possibilitou a conexão entre os internautas no âmbito digital, tornando-se exemplo do uso das TICs para trocas entre os sujeitos sociais. Esses indicativos permitem situar o projeto como mais uma iniciativa que se soma ao fortalecimento de uma esfera pública interconectada (SILVEIRA, 2009).

Diante disso, entendendo uma correlação entre processos comunicativos, participação e educação, as novas tecnologias da comunicação contam com o potencial de alterar para a melhor as possibilidades de formação da cidadania nas sociedades contemporâneas ao considerar que as redes digitais podem “assegurar aos interessados em participar do jogo democrático dois dos seus requisitos fundamentais: informação política atualizada e oportunidade de interação” (GOMES, 2005 a, p. 220). Nesse sentido, a tecnologia digital expõe que a verdadeira brecha não é a técnica, mas a “brecha cognitiva” (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Como o Facebook está caracterizado como um agregador de uma infinidade de propósitos, e que por isso há circulação de informações em grande parte dos casos com a finalidade de entretenimento, surpreende que discussões sobre o campo político tenham acontecido revelando uma disponibilidade dos debatedores em argumentarem sobre seus pontos de vista para além de apenas emitirem suas preferências. O que demonstra que o “Truco Popular” foi capaz de despertar interesse de segmento da população.

¹⁶ Pesquisa sobre o nível de confiança em instituições traz os partidos políticos em último lugar. Disponível em g1.globo.com/politica/noticia/2014/07/forcas-armadas-e-pf-sao-instituicoes-mais-confiaveis-diz-datafolha.html . Acesso em 2/4/17.

Porém, se trata de um potencial e, ao mesmo tempo, de um desafio já que a internet também é terreno fértil “para trazer coisas que não são verdadeiras”, segundo Maria Elizabeth Almeida, do Centro de Ciências, Matemáticas, Físicas e Tecnológicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)¹⁷. Somado a isso, ressalta-se que o recorte temporal para esta pesquisa – período da campanha nas eleições de 2014 – não captou com veemência o que nos anos seguintes apareceu com mais força sobre o Facebook, o crescimento das bolhas de filtro¹⁸ e as manifestações de discurso de ódio.

Ainda, considera-se importante lembrar que a reflexão aqui exposta atrelada à formação para a cidadania deve ser entendida dentro de uma formulação processual do aprendizado. Os posicionamentos políticos dos sujeitos não são reprocessados a cada nova informação constantemente, mas mesmo assim, se estruturam procurando fugir do sentimento de aleatoriedade (ALDÉ, 2004). O processo acontece de forma sedimentar, dia após dia, modificando os sujeitos sociais por meio de variadas mensagens e conteúdos significativos (THOMPSON, 2001).

Pondera-se também que o “Truco Popular” é apenas um caso retratado e que apesar de haver outros com características de estímulo à participação política, projetos desse tipo ainda não são a predominância na internet. O que é interessante pontuar é a perspectiva que as redes digitais apresentam e a possibilidade dessas iniciativas reverberarem na população. Portanto, parece ser promissor, como próximos estudos, verificar quais as características mais específicas que levam um projeto digital a alcançar objetivos políticos, além de meios para sua massificação.

Por fim, considerando o debate político um campo chave para a manutenção e o aperfeiçoamento das sociedades democráticas, além do avanço em ritmo acelerado das tecnologias da informação e comunicação no cotidiano da população em geral, a pesquisa traz elementos para o pensamento sobre novos espaços e formas de contribuir com a formação para a cidadania. A tríade comunicação em rede, participação e educação política parece compor uma articulação com oportunidades para isso.

¹⁷ Análise realizada por Maria Elizabeth Almeida durante o curso “Educação e Participação em Rede”, da plataforma Educação e Participação, no formato educação à distância, entre julho e setembro de 2017.

¹⁸ Do inglês “filter bubble”, a expressão configura bolhas de interações causadas a partir de filtros como ocorridos no Facebook. Eli Pariser lançou “The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You” para explicar o funcionamento dos filtros a partir de algoritmos.

Referências

- ALDÉ, A (2004). “Jornalistas e internet: a rede como fonte de informação política”. Paper apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Porto Alegre.
- ARAUJO, R., PENTEADO, C. & SANTOS, M (2012). “Sociedade Civil e Políticas Públicas: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo na articulação política”. Paper apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. “Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira” – Brasília: Secom, 2014. www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf/view (Consultado em 19/11/17).
- CARREIRO R. & ROSSETTO, G.P.N 2012). “Democracia digital: e sociedade civil: uma perspectiva do estado atual no Brasil”. In: *C&S*. São Bernardo do Campo, v. 34, nº 1, jul/dez, p. 273-296.
- CARVALHO, F. C.; CERVI, E. U. & MASSUCHIN, M. G. (orgs) (2016). “Internet e eleições no Brasil”. Curitiba: Grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública. www.academia.edu/30246524/2016_Internet_e_elei%C3%A7%C3%B5es_no_Brasil. (Consultado em 18/11/17).
- GOMES, W (2005a). “A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política”. In: *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. São Leopoldo, v. VII, nº 3, setembro/novembro, p. 214-222.
- GOMES, W (2005b). **Internet e participação política em sociedades democráticas**. In: *Revista Famecos*. Porto Alegre, nº 27, agosto, p. 58-78.
- JENKINS, H (2008). *Cultura da Convergência*, São Paulo: Aleph.
- LEMONS, A. & LÉVY, P (2010). *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Editora Paulus.
- MARTÍN-BARBERO, J (2014). “A Comunicação na Educação”. São Paulo: Contexto.
- QUINDERÉ, M (2007). “Reflexões sobre jornalismo, poder e democracia: afinal, para que serve o jornalismo?”. Paper apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos.
- SILVEIRA, S. A (2009). “Esfera Pública Interconectada, blogosfera e redes sociais”. In: *Esfera Pública, Redes e Jornalismo*. Rio de Janeiro: e-papers.
- THOMPSON, J. B (2001). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- VIEIRA, L (2001). “Notas sobre o conceito de cidadania”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, nº 51, p. 35-47.